

-----**ACTA NÚMERO 13/2010**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM QUINZE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DEZ.**-----

-----Aos quinze dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Miguel Filipe Machado de Albuquerque, e com a presença dos Senhores Vice-Presidente, Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, e Vereadores: Dr. Rui Alberto Pereira Caetano, Eng. João José Nascimento Rodrigues, Eng. Henrique Miguel de Figueiredo da Silva da Costa Neves, Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Dr. Gil da Silva Canha e Eng. Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves. Presente como Secretário o Dr. Rui Emanuel Sousa Abreu, Director do Departamento Administrativo.-----

---Presentes ainda os Senhores Arqt. Luis Filipe Vieira Cravo e Eng. Dirio Leão dos Ramos, que substituem, nos termos dos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os Senhores Vereadores Dr. Lino Ricardo Silva Abreu do CDS/PP e Dr. Artur Alberto Fernandes de Andrade da CDU, respectivamente.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

**AUSÊNCIAS:** - Verificou-se não estar presente a Senhora Vereadora Dra. Rubina Maria Branco Leal Vargas.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da acta da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

**INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO:** - O Senhor Vereador Rui Caetano, do PS, no uso da palavra, fez referência a uma notícia que saiu na Comunicação Social – com declarações do Senhor Presidente da Câmara - relativamente à fiscalização do estacionamento ser efectuada pelos Serviços de Fiscalização Municipal, solicitando esclarecimentos acerca desta situação.-----

----- - Respondendo, o Senhor Presidente começou por dizer que a Câmara não tem Polícia Municipal, que sendo uma policia administrativa tinha poucos poderes. Todavia, no âmbito da Fiscalização Municipal, a Câmara tem possibilidade de exercer fiscalização no estacionamento abusivo, como, por exemplo, em zonas como a Rua 31 de Janeiro, onde há estacionamento numa faixa de rodagem, dificultando sobremaneira o trânsito nas ruas circundantes do centro. É um assunto que está a ser estudado, estando encarregue do mesmo a Senhora Vereadora Rubina Leal, que poderá depois fazer melhor um ponto da situação.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Luis Vieira Cravo, do CDS/PP, reiterou um assunto, abordado pelo seu colega de partido, relacionado com o estacionamento para moradores, na Rua do Carmo, junto à “Roca”, que urge ser revisto.-----

-----Continuando no uso da palavra, este Vereador abordou outros assuntos, nomeadamente sobre o excesso de licenças de táxi para o número de lugares existentes no Campo da Barca, bem como acerca da reposição da bomba de gasolina que ali existia. -----

----- - O Senhor Presidente, quanto à bomba de gasolina, respondeu que não será reposta. Acrescentou, neste sentido, ter mandado verificar as licenças das outras bombas que se encontram sobre as ribeiras.-----

-----A concluir a sua intervenção, o Senhor Vereador do CDS/PP, fez referência ao Centro de Acolhimento Nocturno “Sopa do Cardoso”, designadamente sobre o alinhamento do edifício. -----

----- - Respondendo, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, disse que era necessário, para proceder ao alinhamento definitivo, conforme consta da planta da cidade, que o prédio a Sul fosse adquirido. O alinhamento que falta é só um pequeno troço a Sul. --

----- - O Senhor Vereador Gil Canha, do PND, usando da palavra, começou por fazer menção ao corte de duas árvores no jardim da Praça de Tenerife.-----

-----Em seguida, referindo-se à demolição do Hotel Savoy, disse que fora informado que, aproveitando os entulhos da tempestade, teriam ido parar ao Porto Novo camiões com detritos das demolições efectuadas naquele hotel.-----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, pronunciou-se sobre o assunto dizendo que, a obra tem um licenciamento para a demolição, onde está estabelecido o vazadouro, a forma de

transporte e o percurso a efectuar. “Se aconteceu esta situação, e se a Direcção Regional do Ambiente tivesse tido conhecimento, autuaria com toda a certeza”, afirmou.-----

-----Continuando na sua intervenção, o Senhor Vereador Gil Canha, do PND, perguntou, a propósito de um varão de ferro colocado no meio do passeio na Rua da Alegria, junto a um hotel que ali existe, qual o motivo porque ali está. -----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, disse que irá mandar verificar a situação apontada.-----

-----Por fim, o Senhor Vereador Gil Canha, colocou mais duas questões. Uma, tem a ver com as esplanadas que continuam a ocupar abusivamente os espaços destinados à circulação de peões, como por exemplo no Largo do Corpo Santo e outros locais, necessitando por isso duma fiscalização mais apertada.-----

---A segunda questão diz respeito ao General Sousa Dias, que tem sido esquecido, apesar de se comemorar todos os anos a Revolta da Madeira, pelo que propunha, quando fosse possível, que a Câmara se lembrasse e atribuísse, por exemplo, um topónimo.-----

----- - O Senhor Vereador Dírrio Ramos, da CDU, tomando a palavra, suscitou uma situação que tem a ver com os transportes públicos na Travessa dos Lombos, dizendo que, segundo o informaram, ontem não teriam sido efectuadas viagens.-----

-----Acrescentou ainda que não colocaria mais pontos no Período de Antes da Ordem do Dia, nesta reunião, uma vez que a Ordem do Dia tem assuntos muito importantes que irão merecer uma análise

cuidada e demorada. -----

----- - Referindo-se ao assunto em questão, o Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, esclareceu que poderá acontecer ocasionalmente, e por motivos de obras, alguma interrupção.-----

**Assuntos Diversos:** - Foi apreciado e votado o assunto seguinte, que não foi incluído na Ordem do Dia.-----

**INTEMPÉRIE DE 20 DE FEVEREIRO – DOAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E MOBILIÁRIO À ASA E ADECOM:** - Foi

aprovada, por unanimidade, a deliberação do seguinte teor:-----

---“Considerando que: A intempérie que assolou a Região Autónoma da Madeira, no pretérito dia 20 de Fevereiro, provocou danos avultados no Município do Funchal, avaliados em largos milhões de euros, para além das perdas de vidas humanas; Esses danos afectaram largamente o parque habitacional do Município do Funchal, estimando-se que 881 casas foram afectadas, sendo que a maioria dessas casas podem ser recuperadas ou reconstruídas em condições de segurança; Se reputa de interesse municipal prioritário, criar as condições necessárias para que os munícipes possam recuperar ou reconstruir as suas casas, garantindo-se o direito constitucional a uma habitação condigna; A Câmara Municipal do Funchal vem usufruindo de diversas formas de apoio, quer por entidades públicas quer por privadas, estando a receber, gratuitamente, diversos materiais de construção civil e mobiliário, bens que deverão ser entregues aos munícipes que viram as suas casas afectadas pela referida intempérie; A “ASA – Associação para

o Desenvolvimento da Freguesia de Santo António”, e A “ADECOM – Associação de Desenvolvimento Comunitário do Monte”, como Instituições Particulares de Solidariedade Social com estatuto de Associações de Utilidade Pública, atentos os seus objectos sociais, são as entidades melhor vocacionadas, para em estrita colaboração com o Município do Funchal dar cumprimento a este desiderato; Ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b), do nº 4, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal delibera: 1 - Entregar à “ASA – Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Santo António”, dois terços dos materiais de construção civil e mobiliário que vier a ser doado ao Município do Funchal e um terço destes mesmos bens à “ADECOM – Associação de Desenvolvimento Comunitário do Monte”, na condição destas Associações apoiarem os munícipes mais carenciados na recuperação ou reconstrução das suas habitações; 2 – Deverá o Senhor Vereador com o pelouro da Gestão Administrativa e Financeira, Dr. Pedro Calado, coordenar as acções inerentes ao recebimento e entrega destes bens”.

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

**1 – PROPOSTA DA VEREAÇÃO:**-----

----- - **Proposta de Resolução do PS:** - Foi colocada à discussão, a seguinte Proposta de Resolução, submetida pelo PS:-----

---“Na última reunião de Câmara, a maioria dos vereadores do PSD chumbou a nossa proposta que pretendia solicitar um estudo ao LNEC como forma de sustentar a decisão política sobre a Plataforma da Avenida do Mar, alegando que a área portuária não é da competência da autarquia. Perante esta decisão da autarquia e como continuamos a desconhecer a solução que o Governo Regional pretende dar para aquela plataforma e para outras áreas atingidas pelo temporal de 20 de Fevereiro; porque a Câmara Municipal não tem sido ouvida, nem tem sido chamada para dar a sua opinião nem outros pareceres sobre as possíveis soluções para a referida plataforma; como temos tido conhecimento do que o governo pretende fazer para a reconstrução do FUNCHAL, nas linhas de água, nas pontes, na frente mar, nas zonas altas da cidade, etc., apenas pela Comunicação Social, onde se pode ler e ouvir os palpites, as sugestões, as hipóteses e as suas ideias sem qualquer sustentação técnica nem qualquer discussão com os órgãos do poder local eleitos pelo povo, propomos: 1 – Que a Câmara Municipal do Funchal convide o Senhor Secretário do Equipamento Social, Santos Costa, a estar presente numa reunião do executivo para aí apresentar as intenções, as propostas e as ideias, do governo, bem como o tipo de estudos que mandou fazer e a quem mandou fazer. 2 – Propomos que se dirija ao executivo reunindo com toda a vereação, reconhecendo o papel preponderante do poder local, respeitando as funções e o papel da autarquia junto das populações e aí apresentar as suas ideias à

maioria e aos partidos da oposição. 3 – Em suma, ao aceitar este convite, cria um espaço de debate sobre estas questões, abre a hipótese da autarquia, vereadores da maioria e toda a oposição eleita, discutirem, argumentarem e apresentarem também as suas preocupações e propostas. Desta forma ganham: o FUNCHAL, os funchalenses, o poder local, a pluralidade e a democracia”.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Dúrio Ramos, da CDU, manifestou alguma renitência em relação à proposta, exemplificando o facto de não estar a ver que, institucionalmente, por exemplo, o Presidente da Câmara de Lisboa convide um Ministro para apresentar explicações à Autarquia. Em sua opinião, deveria fazer-se o possível para que houvesse uma reunião com o Governo por forma a tratar destas questões.-----

---O Senhor Presidente pronunciou-se dizendo: “Nós já marcamos a nossa posição sobre a reconstrução. A nossa posição sobre várias matérias é já pública. Foi dito por nós que eram necessários estudos antes de haver uma decisão e é isso que está a ser feito. Sem esses estudos não haverá decisão sobre esta matéria”. -----

---O Senhor Vereador Gil Canha, do PND, interveio, quanto ao presente assunto, dizendo que foram efectuadas intervenções de fundo na cidade, por exemplo nas ribeiras, e a Câmara, ao que parece, “não é ouvida nem achada”. -----

---Voltando a intervir, o Senhor Presidente informou que, o que está a acontecer são obras de reposição das ribeiras e de reposição de circulação de automóveis e peões. A intervenção de fundo só



acontecerá após os estudos que estão a ser realizados. -----

---O Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, tomando a palavra, teceu o seguinte comentário à apreciação feita pelo Senhor Vereador Gil Canha quando diz que a Câmara “não é ouvida nem achada”. Contrariou essa apreciação, pois tem havido reuniões e contactos diários com o Secretário Regional do Equipamento Social, e uma excelente colaboração nas obras de reposição da normalidade da vida da cidade.-----

--- - Colocada à votação, a proposta foi rejeitada com votos contra do PSD e abstenção da CDU.-----

## **2 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE**

**2009:** - Foram presentes os Documentos de Prestação de Contas do ano dois mil e nove, previstos no POCAL (Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22/2) e nas Instruções nº 01/2001 do Tribunal de Contas, elencadas no ANEXO I, com excepção dos documentos relativos aos activos de rendimento fixo e variável por não haver informação a reportar, os quais se dão aqui como reproduzidos, ficando, por fotocópia, arquivados em pasta própria.-----

---Os documentos indicam no saldo da gerência anterior o valor de € 735.580,67 (setecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta euros e sessenta e sete cêntimos). Em termos de execução orçamental as receitas totalizam o valor de € 78.650.681,45 (setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, seiscentos e oitenta e um euros e quarenta e cinco cêntimos) e as despesas o valor de € 78.792.626,74 (setenta e oito milhões setecentos e

noventa e dois mil, seiscentos e vinte e seis euros e setenta e quatro cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se uma entrada de fundos no montante de € 6.190.880,24 (seis milhões, cento e noventa mil, oitocentos e oitenta euros e vinte e quatro cêntimos) e uma saída de fundos no montante de € 5.903.690,41 (cinco milhões novecentos e três mil, seiscentos e noventa euros e quarenta e um cêntimos), resultando um saldo para a gerência seguinte de € 880.825,21 (oitocentos e oitenta mil, oitocentos e vinte e cinco euros e vinte e um cêntimos). A Demonstração dos Resultados apresenta um resultado líquido do exercício de € 645.506 (seiscentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e seis euros). O Balanço apresenta o valor de € 1.045.477.311 (mil e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e sete mil trezentos e onze euros). -----

---O Sr. Vereador do Pelouro, Pedro Calado, fez a apresentação do Documento de Prestação de Contas, explicando o desenvolvimento financeiro verificado no ano dois mil e nove. -----

---Após a explicação e apresentação do Documento referiu, em termos de conclusões, que houve uma grande contenção nas despesas correntes e de funcionamento ao longo do ano de dois mil e nove, fazendo baixar o investimento porque a receita na globalidade reduziu 13%. Salientou que foi apresentado um resultado líquido positivo e que a dívida está consolidada. Realçou também que, nos últimos dois anos a Câmara reduziu o prazo de pagamento às empresas de 280 (duzentos e oitenta) para 142

(cento e quarenta e dois) dias. Concluiu dizendo que a situação financeira é muito estável e positiva.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador Rui Caetano, do PS, solicitou alguns esclarecimentos, tais como: Taxa de execução; Parquímetros; Parques de estacionamento; Valor Ambiente – nomeadamente se os resíduos para reciclagem são vendidos à Valor Ambiente ou directamente.-----

---O Senhor Vereador Pedro Calado respondeu às questões colocadas, salientando, quanto aos resíduos, que em dois mil e nove foi directamente à Sociedade Ponte Verde.-----

--- - Após análise e discussão, a Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PSD e abstenção do PS, CDS/PP, PND e CDU, aprovar os Documentos de Prestação de Contas de dois mil e nove e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea e) do número dois do artigo sessenta e quatro e alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

---Na sequência da aprovação da supra citada deliberação, o CDS/PP e o PND justificaram a sua abstenção pelo facto de só terem iniciado o seu mandato em Outubro de dois mil e nove.-----

---**Declaração de Voto da CDU:** - “Formalmente, este documento de Prestação de Contas encontra-se bem elaborado, contendo gráficos e quadros que nos ajudam na compreensão dos números,

seguindo uma linha de trabalho que já vem de há alguns anos a esta parte e que consideramos positiva.-----

---Passemos, agora, a tecer algumas considerações sobre os documentos em apreciação. Relativamente ao PPI (Plano Plurianual de Investimentos), algumas questões suscitam as nossas dúvidas:-

- Na Habitação, as taxas de execução estão, provavelmente, entre as mais baixas alguma vez apresentadas pela CMF, nomeadamente a execução global (2,16%) e a execução anual (10,19%), sendo que diversos programas apresentam taxa zero em todos os níveis de execução, estando entre estes a “Intervenção na Zona Histórica de Santa Maria Maior”, considerada por nós como extremamente importante.-----

- Noutras áreas, exemplo a Protecção Civil e os Bombeiros, parecem-nos na sua quase totalidade esquecidas, ficando por concretizar importantes aquisições de meios e intervenções físicas em infra-estruturas. Na Educação, uma vez mais, algumas obras de beneficiação do parque escolar ou a construção de infra-estruturas de apoio aos alunos não são realizadas. No Urbanismo e Ordenamento do Território as célebres taxas zero de execução estão presentes, sendo de destacar, neste particular, o projecto de infra-estruturas da Praia Formosa que, embora suspenso, não deverá ser colocado de parte em virtude da necessidade premente em serem tomadas medidas para consolidar as encostas escarpadas e até a intervenção ao nível da própria praia, com carácter de urgência. -----

- O Saneamento Básico apresenta taxas de execução penalizadoras para os cidadãos, nomeadamente os residentes nas cotas mais altas. Diversos projectos, desde a “Rede de Esgotos nas Zonas Altas do Funchal” (9050), a “Renovação das Redes de Águas Residuais e Pluviais do Sector Oriental do Funchal” (9054) ou a “Renovação da Rede de Água Potável na Zona Oriental do Funchal” (9063), investimentos de grande importância para o bem-estar e qualidade de vida das populações não apresentam execução.-----
- Nada de muito diferente nas Vias de Comunicação. Verificamos um grande atraso no lançamento de obras viárias importantes, a par de outras que vão transitando de ano para ano sem execução. E, a estes factos, juntam-se, no Quadro de Execução do PPI, as baixas taxas de execução anual (35,06%) e global (ainda mais baixa, 19,48%), embora a execução física seja um pouco mais elevada, e que carecem de uma explicação clara.-----
- No Relatório de Gestão, alguns reparos:-----
- Taxas de execução quer da Receita, quer da Despesa aquém do esperado e exigido. É de realçar que, de 2008 para 2009, as Receitas Correntes apresentam um decréscimo na ordem dos 10,8% e as Receitas de Capital uma diminuição ainda maior (22,5%), sendo que as verbas dos contratos programa não transferidas assumem aqui uma fatia preponderante.-----
- Não é de esquecer o facto de, no Mapa do Serviço da Dívida, a taxa de crescimento ser de 24,9%, o que se torna preocupante devido à inconstância das taxas de juro.-----

- No Quadro 38 – Evolução da Execução Física/Financeira do PPI, um facto relevante a assinalar: a redução entre 2007 e 2009, em 48% dos valores das Funções Sociais. Dos 26.101.385€ de 2007, passamos para 13.374.267€ em 2009. -----

- De notar que o Orçamento real da CMF foi inferior em 38% do que estava previsto.-----

---Dado ser afirmado na reunião da CMF que a execução material estava mais avançada que a financeira, e não havendo documentos comprovativos dessa mesma execução material, e porque não é explicado como será executado o PPI de 2010, tendo em conta o atraso de 2009, optamos pela abstenção nesta votação”.-----

### **3 – TAXAS E LICENÇAS MUNICIPAIS:**-----

----- - **Regulamento Geral das Taxas, outras Receitas e Licenças Municipais:** - Presente o Regulamento Geral das Taxas,

outras Receitas e Licenças Municipais, que aqui se dá por reproduzido, ficando por fotocópia arquivado em pasta própria-----

--Após discussão, foi colocado à votação, tendo sido deliberado, por maioria do PSD e abstenção do PS, CDS/PP, PND e CDU, submeter, ao abrigo do disposto na alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei número cinco A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, à Assembleia Municipal para os fins previstos nas alíneas a) e e) do número dois do artigo cinquenta e três do mesmo diploma.-----

**4 – REGULAMENTOS:-----**

**----- - Proposta de Regulamento dos Mercados Municipais do**

**Município do Funchal:** - Após ter sido submetido à audiência de interessados, foi presente a proposta de Regulamento dos Mercados Municipais do Município do Funchal, tendo a Câmara deliberado, por maioria, com abstenção dos Vereadores do PS, PND e CDU, ao abrigo da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro e alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, em conjugação com o artigo décimo do Decreto-Lei número trezentos e quarenta/oitenta e dois, de vinte cinco de Agosto, submeter à aprovação da Assembleia Municipal. O referido Regulamento fica, por fotocópia, a fazer parte desta acta (Anexo A).-----

**----- - Proposta de Regulamento de Estacionamento e Funcionamento das Praças de Táxi no Município do Funchal:**

- Após ter sido submetido à audiência dos interessados, foi presente o projecto de Regulamento de Estacionamento e Funcionamento das Praças de Táxi no Município do Funchal, tendo a Câmara deliberado, por maioria, com abstenção dos Vereadores do PS e CDU, aprovar o seu envio à Assembleia Municipal ao abrigo e para efeitos do disposto na alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro e alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e

nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. O referido Regulamento fica, por fotocópia, a fazer parte desta acta (Anexo B).-----

---Foi aprovada a acta em minuta, na parte respeitante às quatro deliberações que antecedem, para produzir efeitos imediatos. -----

## **5 – URBANISMO:**-----

-----**5.1 – Loteamentos:** - A pedido de Lançocentro – Investimentos Imobiliários, Lda. (procº 23129/09), a Câmara deliberou, por maioria, com voto contra do PND e abstenção do PS, aprovar a alteração dos parâmetros urbanísticos do lote número três do alvará de loteamento número cento e quinze/setenta e sete, localizado na Rua do Lombo da Boa Vista, freguesia de Santa Maria Maior.-----

----- - Perante o pedido formulado por URBANGOLDEN – Construtores Lda. (procº 38721/09), a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a redução da garantia bancária referente às infra-estruturas do alvará de loteamento número cinco/dois mil e três, ao Sítio do Calhau, freguesia de São Roque.-----

-----**5.2 – Obras Particulares:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o projecto de legalização do prédio sito na Travessa de Santa Quitéria, sessenta, Santo António, de Agostinha Maria Pestana de França Capelo Maio (procº 3380/10).-----

## **6 – DIVERSOS:**-----

----- - **Atribuição do Direito de Exploração do Espaço**



**destinado a Actividade Comercial na Zona História de Santa**

**Maria – Abertura de procedimento:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento para “Atribuição do Direito de Exploração do Espaço destinado a Actividade Comercial na Zona Histórica de Santa Maria”, e abrir o respectivo procedimento.-

---Foi aprovada a acta em minuta na parte respeitante a esta deliberação para produzir efeitos imediatos.-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente acta que eu, Director do Departamento Administrativo, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

-----

-----

NOTA: Acta publicada nos locais de estilo através do Edital nº 124/10